



Política de Certificado A3 da Autoridade Certificadora

Autoridade Certificadora VALID SSL EV

OID 2.16.76.1.2.3.100

PC A3 da AC VALID SSL EV
Versão 3.0
Fevereiro de 2022

Conteúdo

1. INTRODUÇÃO	12
1.2. Nome do Documento e Identificação	12
1.3. PARTICIPANTES DA ICP-BRASIL.....	13
1.3.1. Autoridades Certificadoras.....	13
1.3.2. Autoridades de Registro	13
1.3.3 TITULARES DE CERTIFICADO	14
1.3.4. PARTES CONFIÁVEIS.....	14
1.3.5. OUTROS PARTICIPANTES	14
1.4. USABILIDADE DO CERTIFICADO	15
1.4.1 Uso Adequado do Certificado	15
1.4.2. Uso Proibitivo do Certificado.....	15
1.5. Política de Administração.....	16
1.5.1. Organização administrativa do documento.....	16
1.5.2. Contatos	16
1.5.3. Pessoa que determina a adequabilidade da DPC com a PC.....	16
1.5.4 Procedimentos de aprovação da PC	16
1.6. Definição e Acrônimos	17
2. RESPONSABILIDADES DE PUBLICAÇÃO E REPOSITÓRIO.....	18
2.1. Repositórios	18
2.2. Publicação de informações dos certificados	18
2.3. Tempo ou Frequência de Publicação.....	18
2.4. Controle de Acesso aos Repositórios	18
3. IDENTIFICAÇÃO E AUTENTICAÇÃO	18
3.1. Nomeação.....	18
3.1.1. Tipos de nomes	18
3.1.2. Necessidade de nomes significativos	18
3.1.3. Anonimato ou Pseudônimo dos Titulares do Certificado	18
3.1.4. Regras para interpretação de vários tipos de nomes.....	18
3.1.5. Unicidade de nomes	18
3.1.6. Procedimento para resolver disputa de nomes.....	18

3.1.7. Reconhecimento, autenticação e papel de marcas registradas.....	18
3.2. Validação Inicial de Identidade	18
3.2.1. Método para comprovar a posse de chave privada	18
3.2.2. Autenticação da identificação da organização.....	19
3.2.3. Autenticação da identidade de equipamento ou aplicação.....	19
3.2.4. Autenticação da identidade de um indivíduo	19
3.2.5. Informações não verificadas do titular do certificado	19
3.2.6. Validação das autoridades.....	19
3.2.7. Critérios para interoperação	19
3.3. Identificação e autenticação para pedidos de novas chaves	19
3.3.1. Identificação e autenticação para rotina de novas chaves.....	19
3.3.2. Identificação e autenticação para novas chaves após a revogação	19
3.4. Identificação e Autenticação para solicitação de revogação.....	19
4. REQUISITOS OPERACIONAIS DO CICLO DE VIDA DO CERTIFICADO ..	19
4.1. Solicitação do certificado	19
4.1.1. Quem pode submeter uma solicitação de certificado	19
4.1.2. Processo de registro e responsabilidades	19
4.2. Processamento de Solicitação de Certificado.....	19
4.2.1. Execução das funções de identificação e autenticação.....	19
4.2.2. Aprovação ou rejeição de pedidos de certificado	19
4.2.3. Tempo para processar a solicitação de certificado.....	19
4.3. Emissão de Certificado	19
4.3.1. Ações da AC durante a emissão de um certificado	19
4.3.2. Notificações para o titular do certificado pela AC na emissão do certificado	19
4.4. Aceitação de Certificado	19
4.4.1. Conduta sobre a aceitação do certificado.....	20
4.4.2. Publicação do certificado pela AC	20
4.4.3. Notificação de emissão do certificado pela AC Raiz para outras entidades	20
4.5. Usabilidade do par de chaves e do certificado.....	20
4.5.1. Usabilidade da Chave privada e do certificado do titular	20

4.5.2. Usabilidade da chave pública e do certificado das partes confiáveis	20
4.6. Renovação de Certificados	20
4.6.1. Circunstâncias para renovação de certificados	20
4.6.2. Quem pode solicitar a renovação	20
4.6.3. Processamento de requisição para renovação de certificados	20
4.6.4. Notificação para nova emissão de certificado para o titular	20
4.6.5. Conduta constituindo a aceitação de uma renovação de um certificado	20
4.6.6. Publicação de uma renovação de um certificado pela AC	20
4.6.7. Notificação de emissão de certificado pela AC para outras entidades	20
4.7. Nova chave de certificado	20
4.7.1. Circunstâncias para nova chave de certificado	20
4.7.2. Quem pode requisitar a certificação de uma nova chave pública	20
4.7.3. Processamento de requisição de novas chaves de certificado	20
4.7.4. Notificação de emissão de novo certificado para o titular	20
4.7.5. Conduta constituindo a aceitação de uma nova chave certificada ..	20
4.7.6. Publicação de uma nova chave certificada pela AC	20
4.7.7. Notificação de uma emissão de certificado pela AC para outras entidades	20
4.8. Modificação de certificado	21
4.8.1. Circunstâncias para modificação de certificado	21
4.8.2. Quem pode requisitar a modificação de certificado	21
4.8.3. Processamento de requisição de modificação de certificado	21
4.8.4. Notificação de emissão de novo certificado para o titular	21
4.8.5. Conduta constituindo a aceitação de uma modificação de certificado	21
4.8.6. Publicação de uma modificação de certificado pela AC	21
4.8.7. Notificação de uma emissão de certificado pela AC para outras entidades	21
4.9. Suspensão e Revogação de Certificado	21
4.9.1. Circunstâncias para revogação	21

4.9.2. Quem pode solicitar revogação	21
4.9.3. Procedimento para solicitação de revogação	21
4.9.4. Prazo para solicitação de revogação	21
4.9.5. Tempo em que a AC deve processar o pedido de revogação	21
4.9.6. Requisitos de verificação de revogação para as partes confiáveis..	21
4.9.7. Frequência de emissão de LCR	21
4.9.8. Latência máxima para a LCR	21
4.9.9. Disponibilidade para revogação/verificação de status on-line	21
4.9.10. Requisitos para verificação de revogação on-line.....	21
4.9.11. Outras formas disponíveis para divulgação de revogação	21
4.9.12. Requisitos especiais para o caso de comprometimento de chave	21
4.9.13. Circunstâncias para suspensão.....	21
4.9.14. Quem pode solicitar suspensão.....	22
4.9.15. Procedimento para solicitação de suspensão.....	22
4.9.16. Limites no período de suspensão	22
4.10. Suspensão e Revogação de Certificado	22
4.10.1. Características operacionais.....	22
4.10.2. Disponibilidade dos serviços.....	22
4.10.3. Funcionalidades operacionais	22
4.11. Encerramento de atividades.....	22
4.12. Custódia e recuperação de chave.....	22
4.12.1. Política e práticas de custódia e recuperação de chave	22
4.12.2. Política e práticas de encapsulamento e recuperação de chave de sessão	22
5. CONTROLES OPERACIONAIS, GERENCIAMENTO E DE INSTALAÇÕES	22
5.1. Controles físicos.....	22
5.1.1. Construção e localização das instalações	22
5.1.2. Acesso físico.....	22
5.1.3. Energia e ar condicionado	22
5.1.4. Exposição à água	22
5.1.5. Prevenção e proteção contra incêndio.....	22

5.1.6. Armazenamento de mídia	22
5.1.7. Destruição de lixo	23
5.1.8. Instalações de segurança (backup) externas (off-site) para AC	23
5.2. Controles Procedimentais	23
5.2.1. Perfis qualificados.....	23
5.2.2. Número de pessoas necessário por tarefa	23
5.2.3. Identificação e autenticação para cada perfil.....	23
5.2.4. Funções que requerem separação de deveres	23
5.3. Controles de Pessoal	23
5.3.1. Antecedentes, qualificação, experiência e requisitos de idoneidade.....	23
5.3.2. Procedimentos de verificação de antecedentes	23
5.3.3. Requisitos de treinamento	23
5.3.4. Frequência e requisitos para reciclagem técnica.....	23
5.3.5. Frequência e sequência de rodízio de cargos	23
5.3.6. Sanções para ações não autorizadas.....	23
5.3.7. Requisitos para contratação de pessoal.....	23
5.3.8. Documentação fornecida ao pessoal.....	23
5.4. Procedimentos de Log de Auditoria	23
5.4.1. Tipos de eventos registrados.....	23
5.4.2. Frequência de auditoria de registros.....	23
5.4.3. Período de retenção para registros de auditoria.....	23
5.4.4. Proteção de registros de auditoria	23
5.4.5. Procedimentos para cópia de segurança (Backup) de registros de auditoria.....	23
5.4.6. Sistema de coleta de dados de auditoria (interno ou externo).....	23
5.4.7. Notificação de agentes causadores de eventos	24
5.4.8. Avaliações de vulnerabilidade	24
5.5. Arquivamento de Registros.....	24
5.5.1. Tipos de registros arquivados.....	24
5.5.2. Período de retenção para arquivo.....	24
5.5.3. Proteção de arquivo.....	24
5.5.4. Procedimentos de cópia de arquivo.....	24

5.5.5. Requisitos para datação de registros.....	24
5.5.6. Sistema de coleta de dados de arquivo (interno e externo).....	24
5.5.7. Procedimentos para obter e verificar informação de arquivo.....	24
5.6. Troca de chave	24
5.7. Comprometimento e Recuperação de Desastre	24
5.7.1. Procedimentos de gerenciamento de incidente e comprometimento	24
5.7.2. Recursos computacionais, software, e/ou dados corrompidos	24
5.7.3. Procedimentos no caso de comprometimento de chave privada de entidade.....	24
5.7.4. Capacidade de continuidade de negócio após desastre.....	24
5.8. Extinção da AC	24
6. CONTROLES TÉCNICOS DE SEGURANÇA.....	24
6.1. Geração e Instalação do par de chaves.....	25
6.1.1. Geração do par de chaves.....	25
6.1.2. Entrega da chave privada à entidade	26
6.1.3. Entrega da chave pública para o emissor de certificado.....	26
6.1.4. Disponibilização de chave pública da AC para usuários.....	27
6.1.5. Tamanhos de chave	27
6.1.6 Geração de parâmetros de chaves assimétricas.....	27
6.1.7 Propósitos de uso de chave (conforme o campo “ <i>key usage</i> ” na X.509 v3).....	28
6.2. Proteção da Chave Privada e controle de engenharia do módulo criptográfico	28
6.2.1. Padrões para módulo criptográfico	28
6.2.2. Controle “n de m” para chave privada.....	28
6.2.3. Custódia (<i>escrow</i>) de chave privada.....	28
6.2.4. Cópia de segurança (<i>backup</i>) de chave privada.....	28
6.2.5 Arquivamento de chave privada.....	29
6.2.6 Inserção de chave privada em módulo criptográfico.....	29
6.2.7. Armazenamento de chave privada em módulo criptográfico	29
6.2.8. Método de ativação de chave privada	29
6.2.9. Método de desativação de chave privada.....	29

6.2.10. Método de destruição de chave privada	29
6.3 Outros Aspectos do Gerenciamento do par de chaves.....	30
6.3.1 Arquivamento de chave pública	30
6.3.2 Períodos de uso para as chaves pública e privada.....	30
6.4 Dados de Ativação	30
6.4.1 Geração e instalação dos dados de ativação	30
6.4.2 Proteção dos dados de ativação.....	30
6.4.3 Outros aspectos dos dados de ativação	31
6.5 Controles de Segurança Computacional.....	31
6.5.1 Requisitos técnicos específicos de segurança computacional	31
6.5.2 Classificação da segurança computacional	32
6.6. CONTROLES TÉCNICOS DO CICLO DE VIDA.....	32
6.6.1. Controles de desenvolvimento de sistema	32
6.6.2 Controles de gerenciamento de segurança	32
6.6.3 Classificações de segurança de ciclo de vida.....	32
6.6.4 Controles na geração da LCR antes de publicadas.....	33
6.7. Controles de Segurança de Rede	33
6.8 Carimbo de Tempo	33
7. PERFIS DE CERTIFICADO E LCR E OCSP	33
7.1 Perfil do Certificado.....	33
7.1.1 Número de versão	33
7.1.2 Extensões de certificado.....	33
7.1.3. Identificadores de algoritmo.....	36
7.1.4 Formatos de nome.....	36
7.1.5. Restrições de nome	37
7.1.6 OID (Object Identifier) de Política de Certificado	39
7.1.7 Uso da extensão “ <i>Policy Constraints</i> ”	39
7.1.8 Sintaxe e semântica dos qualificadores de política	39
7.1.9. Semântica de processamento para extensões críticas.....	39
7.2. Perfil de LCR.....	39
7.2.1. Número de versão	39
7.2.2 Extensões de LCR e de suas entradas.....	39

7.3. Perfil de OCSP	40
7.3.1. Número(s) de versão	40
7.3.2. Extensões de OCSP	40
8. AUDITORIA DE CONFORMIDADE E OUTRAS AVALIAÇÕES.....	40
8.1. Frequência e circunstâncias das avaliações	40
8.2. Identificação/Qualificação do avaliador	40
8.3. Relação do avaliador com a entidade avaliada.....	40
8.4. Tópicos cobertos pela avaliação	40
8.5. Ações tomadas como resultado de uma deficiência	40
8.6. Comunicação dos resultados	40
9. OUTROS NEGÓCIOS E ASSUNTOS JURÍDICOS	40
9.1. Tarifas	41
9.1.1. Tarifas de emissão e renovação de certificados.....	41
9.1.2. Tarifas de acesso ao certificado	41
9.1.3. Tarifas de revogação ou de acesso à informação de status.....	41
9.1.4. Tarifas para outros serviços.....	41
9.1.5. Política de reembolso	41
9.2. Responsabilidade Financeira	41
9.2.1. Cobertura do seguro	41
9.2.2. Outros ativos.....	41
9.2.3. Cobertura de seguros ou garantia para entidades finais	41
9.3. Confidencialidade da informação do negócio	41
9.3.1. Escopo de informações confidenciais.....	41
9.3.2. Informações fora do escopo de informações confidenciais	41
9.3.3. Responsabilidade em proteger a informação confidencial.....	41
9.4. Privacidade da informação pessoal	41
9.4.1. Plano de privacidade	41
9.4.2. Tratamento de informação como privadas.....	41
9.4.3. Informações não consideradas privadas	41
9.4.4. Responsabilidade para proteger a informação privadas.....	41
9.4.5. Aviso e consentimento para usar informações privadas.....	41
9.4.6. Divulgação em processo judicial ou administrativo.....	42

9.4.7. Outras circunstâncias de divulgação de informação.....	42
9.5. Direitos de Propriedade Intelectual	42
9.6. Declarações e Garantias.....	42
9.6.1. Declarações e Garantias da AC	42
9.6.2. Declarações e Garantias da AR	42
9.6.3. Declarações e garantias do titular.....	42
9.6.4. Declarações e garantias das terceiras partes	42
9.6.5. Representações e garantias de outros participantes	42
9.7. Isenção de garantias	42
9.8. Limitações de responsabilidades	42
9.9. Indenizações	42
9.10. Prazo e Rescisão	42
9.10.1. Prazo	42
9.10.2. Término.....	42
9.10.3. Efeito da rescisão e sobrevivência.....	42
9.11. Avisos individuais e comunicações com os participantes	42
9.12. Alterações	42
9.12.1. Procedimento para emendas	42
9.12.2. Procedimento para emendas	43
9.12.3. Procedimento para emendas	43
9.13. Solução de conflitos	43
9.14. Lei aplicável	43
9.15. Conformidade com a Lei aplicável	43
9.16. Disposições Diversas.....	43
9.16.1. Acordo completo.....	43
9.17. Outras provisões	43
10. DOCUMENTOS REFERENCIADOS.....	43
11 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44

CONTROLE DE ALTERAÇÕES

Versão	Data	Resolução que aprova a alteração	Item Alterado	Descrição da Alteração
1.0	30/08/2019	Resolução n. 151	Não se aplica	Criação da Declaração de Práticas de Certificação (PC) AC VALID SSL EV
1.0	13/07/2020	Adequação	-	Criação da Declaração de Práticas de Certificação (PC) AC VALID SSL EV
1.1	23/07/2020	Ajuste	7.1.2.1 e 7.1.2.2 alínea B	Adequação para PC da AC VALID SS EV
2.0	16/03/2021	Resolução nº179	Diversos	Revisão e consolidação do DOC-ICP-04, conforme Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019. Ajustes para emissão por meio de videoconferência.
3.0	22/02/2022	Resolução 196 e 197	Diversos	Adequação para atendimento das resoluções.

1. INTRODUÇÃO

A ICP-Brasil é uma plataforma criptográfica de confiança. Garante presunção de validade jurídica aos atos e negócios eletrônicos assinados e cifrados com certificados digitais e chaves emitidos pelas entidades credenciadas na ICP-Brasil.

1.1.1. Esta “Política de Certificado” (PC) descreve as políticas de certificação de certificados de Assinatura Digital Tipo A3 da Autoridade Certificadora VALID SSL EV na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira.

1.1.2. A estrutura A estrutura desta PC está baseada no DOC-ICP-04–REQUISITOS MÍNIMOS PARA AS POLÍTICAS DE CERTIFICADO NA ICP-Brasil. A AC VALID SSL EV está em conformidade com a última versão dos requisitos recomendados pelo CA/Browser Forum Baseline Requirements for the Issuance and Management of Publicly-Trusted Certificates – V.1.7.3 <https://cabforum.org/wp-content/uploads/CA-Browser-Forum-BR-1.7.3.pdf>

1.1.3. A estrutura desta PC está baseada na RFC 3647.

1.1.4. Este documento compõe o conjunto da ICP-Brasil e nele são referenciados outros regulamentos dispostos nas demais normas da ICP-Brasil, conforme especificado no item 10.

1.1.5. O tipo de certificado emitido sob esta PC é o Tipo A3.

1.1.6. Não se aplica.

1.1.7. Não se aplica.

1.1.8. Não se aplica.

1.1.10 Não se aplica.

1.1.11. Não se aplica.

1.1.12 Para certificados com propósito de uso EV SSL devem ser observados os dispostos nos documentos EV SSL Guidelines.

1.2. Nome do Documento e Identificação

1.2.1. Esta PC é chamada “Política de Certificado de Assinatura Digital Tipo A3 da Autoridade Certificadora VALID SSL EV” e referida como “PC A3 da AC VALID SSL EV”. O Object Identifier (OID) atribuído para esta PC, após processo de credenciamento da AC junto à ICP-Brasil, tem como OID: **2.16.76.1.2.3.100**

Política de Certificado A3 da AC VALID SSL EV v 3.0

Classificação do documento: Público

1.2.2 Não se aplica.

1.3. PARTICIPANTES DA ICP-BRASIL

1.3.1. Autoridades Certificadoras

1.3.1.1. Esta PC é implementada pela Autoridade Certificadora AC VALID SSL EV, integrante da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, ICP-Brasil, que por sua vez está subordinada hierarquicamente à Autoridade Certificadora Raiz Brasileira.

1.3.1.2. As práticas e procedimentos de certificação utilizados pela AC VALID SSL EV estão descritas em sua Declaração de Práticas de Certificação (DPC da AC VALID SSL EV).

1.3.2. Autoridades de Registro

1.3.2.1 A AC VALID SSL EV mantém página web e/ou diretório com endereço: <https://www.validcertificadora.com.br/index.aspx?DID=495> onde estão publicados os seguintes dados, referentes às Autoridades de Registro (AR) que realizam os processos de recebimento, validação e encaminhamento de solicitações de emissão ou de revogação de certificados digitais e de identificação de seus solicitantes:

- a) relação de todas as AR credenciada, com informações sobre as PC que implementam.
- b) para cada AR credenciada, os endereços de todas as instalações técnicas, autorizadas pela AC Raiz a funcionar;
- c) para cada AR credenciada, relação de eventuais postos provisórios autorizados pela AC Raiz a funcionar, com data de criação e encerramento de atividades;
- d) relação de AR que tenham se descredenciado da cadeia da AC VALID SSL EV, com respectiva data do descredenciamento;
- e) relação de instalações técnicas de AR credenciada que tenham deixado de operar, com respectiva data de encerramento das atividades;
- f) acordos operacionais celebrados pelas AR vinculadas com outras AR da ICP-Brasil, se for o caso.

1.3.2.2. A AC VALID SSL EV mantém as informações acima sempre atualizadas.

1.3.3 TITULARES DE CERTIFICADO

Os titulares dos certificados emitidos nesta PC são pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras.

1.3.4. PARTES CONFIÁVEIS

Considera-se terceira parte, a parte que confia no teor, validade e aplicabilidade do certificado digital e chaves emitidas pela ICP-Brasil

1.3.5. OUTROS PARTICIPANTES

1.3.5.1. A relação de todos os Prestadores de Serviços de Suporte – PSS, Prestadores de Serviços Biométricos – PSBios e Prestadores de Serviço de Confiança – PSC vinculados à AC VALID SSL EV e/ou por intermédio de suas AR é publicada em serviço de diretório e/ou em página web da AC VALID SSL EV: <https://www.validcertificadora.com.br/index.aspx?DID=495>

1.3.5.1. PSS são entidades utilizadas pela AC e/ou suas AR para desempenhar atividade descrita na DPC ou nesta PC e se classificam em três categorias, conforme o tipo de atividade prestada:

- a) disponibilização de infraestrutura física e lógica;
- b) disponibilização de recursos humanos especializados; ou
- c) disponibilização de infraestrutura física e lógica e de recursos humanos especializados.

1.3.5.2 PSC são entidades utilizadas pelas AC, ou a própria AC, descritas nesta PC ou na DPC implementada pela AC e se classificam em três categorias, conforme o tipo de atividade prestada:

- a) armazenamento de chaves privadas dos usuários finais; ou
- b) serviço de assinatura digital, verificação da assinatura digital; ou
- c) ambos.

1.4. USABILIDADE DO CERTIFICADO

1.4.1 Uso Adequado do Certificado

1.4.1.1. Neste item são relacionadas as aplicações para as quais os certificados definidos nesta PC são adequados.

1.4.1.2. As aplicações e demais programas que admitem o uso de certificado digital de um determinado tipo contemplado pela ICP-Brasil devem aceitar qualquer certificado de mesmo tipo, ou superior, emitido por qualquer AC credenciada pela AC Raiz.

1.4.1.3. A AC VALID SSL EV leva em conta o nível de segurança previsto para o certificado definido por esta PC na definição das aplicações para o certificado. Esse nível de segurança é caracterizado pelos requisitos definidos para aspectos como: tamanho da chave criptográfica, mídia armazenadora da chave, processo de geração do par de chaves, procedimentos de identificação do titular de certificado, frequência de emissão da correspondente Lista de Certificados Revogados – LCR e extensão do período de validade do certificado.

Os certificados emitidos pela AC VALID SSL EV no âmbito desta PC podem ser utilizados em aplicações como confirmação de identidade e assinatura de documentos eletrônicos com verificação da integridade de suas informações.

1.4.1.4. Certificados de tipos A3 são utilizados em aplicações como confirmação de identidade e assinatura de documentos eletrônicos com verificação da integridade de suas informações.

1.4.1.5. Não se aplica.

1.4.1.6. Não se aplica.

1.4.1.7. Não se aplica.

1.4.1.8. Não se aplica.

1.4.2. Uso Proibitivo do Certificado

Não se aplica.

1.5. Política de Administração

1.5.1. Organização administrativa do documento

AC VALID SSL EV

1.5.2. Contatos

Endereço: Alameda Rio Claro, 241 - Bela Vista - São Paulo, SP -

CEP: 01332-010

Telefone: +55 11 2575-6800

Página da Web: <https://www.validcertificadora.com.br/index.aspx?DID=495>

Para os casos de Revogação do Certificado, conforme disposto no procedimento interno "Manual de Revogação e Suporte dos Certificados SSL e Codesigning", o cliente conta com os seguintes contatos para relatar um problema ou solicitar a revogação do certificado digital:

- SAC - 3004-3454 para São Paulo ou 0800 725 4565 para demais localidades, equipe especializada das (8h as 20h);
- Suporte N2 - <https://www.validcertificadora.com.br/>, na aba chat ao vivo, em horário comercial das (8h as 19h) ou a qualquer horário pelo <https://www.validcertificadora.com.br/faleconosco>, temos uma equipe especializada para atendimento destes chamados 24 horas, 7 dias na semana;
- Suporte Comercial SSL/ SSL EV e Codesigning - O cliente poderá entrar em contato com o Consultor Responsável pela venda do certificado SSL / SSL EV ou Codesigning pelo e-mail comercial@valid.com

1.5.3. Pessoa que determina a adequabilidade da DPC com a PC

Nome: Kamila Burunsizian Marciano

Área: Normas e Compliance

Telefone: +55 11 2575-6906

+55 11 2575-6978

E-mail: pki.compliance@valid.com

1.5.4 Procedimentos de aprovação da PC

Esta PC é aprovada pelo ITI.

Os procedimentos de aprovação da PC da AC VALID SSL EV são estabelecidos a critério do CG da ICP-Brasil.

1.6. Definição e Acrônimos

SIGLA	DESCRIÇÃO
AC	Autoridade Certificadora
AC Raiz	Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil
AGR	Agente de Registro
AR	Autoridades de Registro
CEI	Cadastro Específico do INSS
CG	Comitê Gestor
CN	<i>Common Name</i>
CNE	Carteira Nacional de Estrangeiro
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
DN	<i>Distinguished Name</i>
DPC	Declaração de Práticas de Certificação
ICP-Brasil	Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira
IEC	<i>International Electrotechnical Commission</i>
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
ITU	<i>International Telecommunications Union</i>
LCR	Lista de Certificados Revogados
NBR	Norma Brasileira
NIS	Número de Identificação Social
OCSP	<i>Online Certificate Status Protocol</i>
OID	<i>Object Identifier</i>
OU	<i>Organization Unit</i>
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PC	Políticas de Certificado
PCN	Plano de Continuidade de Negócio
PIS	Programa de Integração Social
PS	Política de Segurança
PSBio	Prestador de Serviço Biométrico
PSC	Prestador de Serviço de Confiança
PSS	Prestadores de Serviço de Suporte
RFC	<i>Request For Comments</i>
RG	Registro Geral

SSL	<i>Secure Socket Layer</i>
UF	Unidade de Federação
URL	<i>Uniform Resource Locator</i>

2. RESPONSABILIDADES DE PUBLICAÇÃO E REPOSITÓRIO

Nos itens seguintes são referidos os itens correspondentes da Declaração de Práticas de Certificação - DPC da AC VALID SSL EV.

2.1. Repositórios

2.2. Publicação de informações dos certificados

2.3. Tempo ou Frequência de Publicação

2.4. Controle de Acesso aos Repositórios

3. IDENTIFICAÇÃO E AUTENTICAÇÃO

Nos itens seguintes são referidos os itens correspondentes da Declaração de Práticas de Certificação - DPC da AC VALID SSL EV.

3.1. Nomeação

3.1.1. Tipos de nomes

3.1.2. Necessidade de nomes significativos

3.1.3. Anonimato ou Pseudônimo dos Titulares do Certificado

3.1.4. Regras para interpretação de vários tipos de nomes

3.1.5. Unicidade de nomes

3.1.6. Procedimento para resolver disputa de nomes

3.1.7. Reconhecimento, autenticação e papel de marcas registradas

3.2. Validação Inicial de Identidade

3.2.1. Método para comprovar a posse de chave privada

3.2.2. Autenticação da identificação da organização

3.2.3. Autenticação da identidade de equipamento ou aplicação

3.2.4. Autenticação da identidade de um indivíduo

3.2.5. Informações não verificadas do titular do certificado

3.2.6. Validação das autoridades

3.2.7. Critérios para interoperação

3.3. Identificação e autenticação para pedidos de novas chaves

3.3.1. Identificação e autenticação para rotina de novas chaves

3.3.2. Identificação e autenticação para novas chaves após a revogação

3.4. Identificação e Autenticação para solicitação de revogação

4. REQUISITOS OPERACIONAIS DO CICLO DE VIDA DO CERTIFICADO

Nos itens seguintes são referidos os itens correspondentes da Declaração de Práticas de Certificação - DPC da AC VALID SSL EV.

4.1. Solicitação do certificado

4.1.1. Quem pode submeter uma solicitação de certificado

4.1.2. Processo de registro e responsabilidades

4.2. Processamento de Solicitação de Certificado

4.2.1. Execução das funções de identificação e autenticação

4.2.2. Aprovação ou rejeição de pedidos de certificado

4.2.3. Tempo para processar a solicitação de certificado

4.3. Emissão de Certificado

4.3.1. Ações da AC durante a emissão de um certificado

4.3.2. Notificações para o titular do certificado pela AC na emissão do certificado

4.4. Aceitação de Certificado

4.4.1. Conduta sobre a aceitação do certificado

4.4.2. Publicação do certificado pela AC

4.4.3. Notificação de emissão do certificado pela AC Raiz para outras entidades

4.5. Usabilidade do par de chaves e do certificado

4.5.1. Usabilidade da Chave privada e do certificado do titular

4.5.2. Usabilidade da chave pública e do certificado das partes confiáveis

4.6. Renovação de Certificados

4.6.1. Circunstâncias para renovação de certificados

4.6.2. Quem pode solicitar a renovação

4.6.3. Processamento de requisição para renovação de certificados

4.6.4. Notificação para nova emissão de certificado para o titular

4.6.5. Conduta constituindo a aceitação de uma renovação de um certificado

4.6.6. Publicação de uma renovação de um certificado pela AC

4.6.7. Notificação de emissão de certificado pela AC para outras entidades

4.7. Nova chave de certificado

4.7.1. Circunstâncias para nova chave de certificado

4.7.2. Quem pode requisitar a certificação de uma nova chave pública

4.7.3. Processamento de requisição de novas chaves de certificado

4.7.4. Notificação de emissão de novo certificado para o titular

4.7.5. Conduta constituindo a aceitação de uma nova chave certificada

4.7.6. Publicação de uma nova chave certificada pela AC

4.7.7. Notificação de uma emissão de certificado pela AC para outras

entidades

4.8. Modificação de certificado

4.8.1. Circunstâncias para modificação de certificado

4.8.2. Quem pode requisitar a modificação de certificado

4.8.3. Processamento de requisição de modificação de certificado

4.8.4. Notificação de emissão de novo certificado para o titular

4.8.5. Conduta constituindo a aceitação de uma modificação de certificado

4.8.6. Publicação de uma modificação de certificado pela AC

4.8.7. Notificação de uma emissão de certificado pela AC para outras entidades

4.9. Suspensão e Revogação de Certificado

4.9.1. Circunstâncias para revogação

4.9.2. Quem pode solicitar revogação

4.9.3. Procedimento para solicitação de revogação

4.9.4. Prazo para solicitação de revogação

4.9.5. Tempo em que a AC deve processar o pedido de revogação

4.9.6. Requisitos de verificação de revogação para as partes confiáveis

4.9.7. Frequência de emissão de LCR

4.9.8. Latência máxima para a LCR

4.9.9. Disponibilidade para revogação/verificação de status on-line

4.9.10. Requisitos para verificação de revogação on-line

4.9.11. Outras formas disponíveis para divulgação de revogação

4.9.12. Requisitos especiais para o caso de comprometimento de chave

4.9.13. Circunstâncias para suspensão

4.9.14. Quem pode solicitar suspensão**4.9.15. Procedimento para solicitação de suspensão****4.9.16. Limites no período de suspensão****4.10. Suspensão e Revogação de Certificado****4.10.1. Características operacionais****4.10.2. Disponibilidade dos serviços****4.10.3. Funcionalidades operacionais****4.11. Encerramento de atividades****4.12. Custódia e recuperação de chave****4.12.1. Política e práticas de custódia e recuperação de chave****4.12.2. Política e práticas de encapsulamento e recuperação de chave de sessão****5. CONTROLES OPERACIONAIS, GERENCIAMENTO E DE INSTALAÇÕES**

Nos itens seguintes são referidos os itens correspondentes da Declaração de Práticas de Certificação - DPC da AC VALID SSL EV.

5.1. Controles físicos**5.1.1. Construção e localização das instalações****5.1.2. Acesso físico****5.1.3. Energia e ar condicionado****5.1.4. Exposição à água****5.1.5. Prevenção e proteção contra incêndio****5.1.6. Armazenamento de mídia**

5.1.7. Destruição de lixo

5.1.8. Instalações de segurança (backup) externas (off-site) para AC

5.2. Controles Procedimentais

5.2.1. Perfis qualificados

5.2.2. Número de pessoas necessário por tarefa

5.2.3. Identificação e autenticação para cada perfil

5.2.4. Funções que requerem separação de deveres

5.3. Controles de Pessoal

5.3.1. Antecedentes, qualificação, experiência e requisitos de idoneidade

5.3.2. Procedimentos de verificação de antecedentes

5.3.3. Requisitos de treinamento

5.3.4. Frequência e requisitos para reciclagem técnica

5.3.5. Frequência e sequência de rodízio de cargos

5.3.6. Sanções para ações não autorizadas

5.3.7. Requisitos para contratação de pessoal

5.3.8. Documentação fornecida ao pessoal

5.4. Procedimentos de Log de Auditoria

5.4.1. Tipos de eventos registrados

5.4.2. Frequência de auditoria de registros

5.4.3. Período de retenção para registros de auditoria

5.4.4. Proteção de registros de auditoria

5.4.5. Procedimentos para cópia de segurança (Backup) de registros de auditoria

5.4.6. Sistema de coleta de dados de auditoria (interno ou externo)

5.4.7. Notificação de agentes causadores de eventos

5.4.8. Avaliações de vulnerabilidade

5.5. Arquivamento de Registros

5.5.1. Tipos de registros arquivados

5.5.2. Período de retenção para arquivo

5.5.3. Proteção de arquivo

5.5.4. Procedimentos de cópia de arquivo

5.5.5. Requisitos para datação de registros

5.5.6. Sistema de coleta de dados de arquivo (interno e externo)

5.5.7. Procedimentos para obter e verificar informação de arquivo

5.6. Troca de chave

5.7. Comprometimento e Recuperação de Desastre

5.7.1. Procedimentos de gerenciamento de incidente e comprometimento

5.7.2. Recursos computacionais, software, e/ou dados corrompidos

5.7.3. Procedimentos no caso de comprometimento de chave privada de entidade

5.7.4. Capacidade de continuidade de negócio após desastre

5.8. Extinção da AC

6. CONTROLES TÉCNICOS DE SEGURANÇA

Nos itens seguintes, esta PC define as medidas de segurança necessárias para proteger as chaves criptográficas dos titulares de certificados emitidos segundo a mesma. São também definidos outros controles técnicos de segurança utilizados pela AC VALID SSL EV e pela AR vinculada na execução de suas funções operacionais.

6.1. Geração e Instalação do par de chaves

6.1.1. Geração do par de chaves

6.1.1.1. Quando o titular de certificado for uma pessoa jurídica, esta indicará por seu(s) representante(s) legal(is), a pessoa responsável pela geração dos pares de chaves criptográficas e pelo uso do certificado.

6.1.1.1.1. Não se aplica.

6.1.1.1.2. Não se aplica

6.1.1.2 A chave privada é exportada e armazenada em mídia externa – Cartão Inteligente ou Token, ambos com capacidade de geração de chave e protegidos por senha e/ou identificação biométrica ou hardware criptográfico homologado junto à ICP-Brasil ou com certificação INMETRO.

6.1.1.3 O algoritmo a ser utilizado para as chaves criptográficas de titulares de certificados adota o padrão RSA conforme definido no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS DA ICP-BRASIL [1].

6.1.1.4. Ao ser gerada, a chave privada do titular do certificado deve ser gravada cifrada, por algoritmo simétrico aprovado no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS DA ICP-BRASIL [1]. As chaves privadas correspondentes aos certificados poderão ser armazenadas em repositório protegido por senha, cifrado por software no meio de armazenamento definido para o tipo de certificado A3.

6.1.1.5 A chave privada trafega cifrada, empregando os mesmos algoritmos citados no parágrafo anterior, entre o dispositivo gerador e a mídia utilizada para o seu armazenamento.

6.1.1.6 A mídia de armazenamento da chave privada utilizado pelo titular assegura, por meios técnicos e procedimentais adequados, no mínimo, que:

a) A chave privada utilizada na geração de uma assinatura é única e seu sigilo é suficientemente assegurado;

b) A chave privada utilizada na geração de uma assinatura não pode, com uma segurança razoável, ser deduzida e que está protegida contra falsificações realizadas através das tecnologias atualmente disponíveis; e

c) a chave privada utilizada na geração de uma assinatura pode ser eficazmente protegida pelo legítimo titular contra a utilização por terceiros.

6.1.1.7. Esta mídia de armazenamento não deve modificar os dados a serem assinados, nem impedir que esses dados sejam apresentados ao signatário antes do processo de assinatura.

6.1.1.8 O armazenamento de chaves privadas de terceiros em hardware criptográfico só poderá ser realizada por entidade credenciada como PSC, nos termos do DOC-ICP-17[3], ou no caso de soluções corporativas de armazenamento de chaves privadas de funcionários, em HSM de propriedade da instituição, mediante o conhecimento e concordância expressa do titular do certificado com a DPC da AC VALID SSL EV, que atendam as aplicações demandadas das organizações, com acesso exclusivo por meio da rede interna.

O tipo de certificado emitido pela AC VALID SSL EV e descrito nesta PC é o A3.

TIPO DE CERTIFICADO	MÍDIA ARMAZENADORA DE CHAVE CRIPTOGRÁFICA (Requisitos Mínimos)
A3	Hardware criptográfico, homologado junto à ICP-Brasil ou com certificação INMETRO.

Nota: A responsabilidade pela segurança na garantia do sigilo, integridade e disponibilidade da chave privada gerada no equipamento é do titular ou responsável pelo uso do certificado, conforme especificado no Termo de Titularidade.

6.1.2. Entrega da chave privada à entidade

Não se aplica.

6.1.3. Entrega da chave pública para o emissor de certificado

Chaves públicas são entregues à AC VALID SSL EV por meio de uma troca *on-line* utilizando funções automáticas do *software* de certificação da AC VALID SSL EV. A mensagem de solicitação de certificado obedece ao formato PKCS#10, que inclui, na própria mensagem, a assinatura digital, realizada com a chave privada correspondente à chave pública contida na solicitação.

A entrega da chave pública do solicitante do certificado, é feita por meio eletrônico, em formato PKCS#10, através de uma sessão segura SSL - *Secure Socket Layer*

6.1.4. Disponibilização de chave pública da AC para usuários

As formas para a disponibilização dos certificados da cadeia de certificação, para os usuários da AC VALID SSL EV, compreendem:

- a) No momento da disponibilização de um certificado para seu titular, será utilizado o formato PKCS#07, através de uma sessão segura SSL - Secure Socket Layer, conforme definido no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS DA ICP-BRASIL [1];
- b) Página web da AC VALID SSL EV:
<https://www.validcertificadora.com.br/index.aspx?DID=495>
- c) Outros meios seguros aprovados pelo CG da ICP-Brasil.

6.1.5. Tamanhos de chave

6.1.5.1. Os certificados emitidos de acordo com esta PC situam-se sob a cadeia da Autoridade Certificadora Raiz Brasileira. O tamanho das chaves criptográficas associadas é de 2048 bits.

6.1.5.2. Os algoritmos e o tamanho de chaves criptográficas utilizados no certificado Tipo A3 da ICP-Brasil está em conformidade com o definido no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS DA ICPBRASIL [1]

6.1.6 Geração de parâmetros de chaves assimétricas

Os parâmetros de geração de chaves assimétricas da AC VALID SSL EV seguem o padrão FIPS (Federal Information Processing Standards) 140-1, em conformidade ao estabelecido no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS DA ICP-BRASIL [1].

Os parâmetros de geração de chaves assimétricas dos titulares de certificados adotam, no mínimo, o padrão estabelecido no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS DA ICP-BRASIL [1].

Os parâmetros são verificados de acordo com as normas estabelecidas pelo padrão definido no documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS DA ICP-BRASIL [1].

6.1.7 Propósitos de uso de chave (conforme o campo “key usage” na X.509 v3)

Os certificados têm ativados os bits digitalSignature, keyEncipherment ou keyAgreement. Os pares de chaves correspondentes aos certificados emitidos pela AC VALID SSL EV podem ser utilizados para a assinatura digital (chave privada), para a verificação dela (chave pública), para a garantia do não repúdio e para cifragem de chaves.

6.2. Proteção da Chave Privada e controle de engenharia do módulo criptográfico

Nos itens seguintes, esta PC define os requisitos para a proteção das chaves privadas dos titulares de certificados emitidos segundo a PC.

6.2.1. Padrões para módulo criptográfico

6.2.1.1 Não se aplica.

6.2.1.2. Não se aplica.

6.2.2. Controle “n de m” para chave privada

Não se aplica.

6.2.3. Custódia (escrow) de chave privada

Não é permitida, no âmbito da ICP-Brasil, a recuperação (escrow) de chaves privadas, isto é, não se permite que terceiros possam legalmente obter uma chave privada sem o consentimento de seu titular.

6.2.4. Cópia de segurança (backup) de chave privada

6.2.4.1. Qualquer titular de certificado dos demais tipos poderá, a seu critério, manter cópia de segurança de sua própria chave privada.

6.2.4.2 A AC VALID SSL EV responsável por esta PC não mantém cópia de segurança de chave privada de titular, salvo nos casos em que esta é credenciada como PSC.

6.2.4.3 A cópia de segurança deve ser armazenada cifrada por algoritmo simétrico aprovado pelo documento PADRÕES E ALGORITMOS

CRIPTOGRÁFICOS NA ICP-BRASIL [1] e protegida com um nível de segurança não inferior àquele definido para a chave original.

6.2.4.4. O titular do certificado, quando realizar uma cópia de segurança da sua chave privada, deve observar que esta cópia deve ser efetuada com, no mínimo, os mesmos requerimentos de segurança da chave original

6.2.5 Arquivamento de chave privada

6.2.5.1 A AC VALID SSL EV, não arquiva cópias de chaves privadas de assinatura digital de titulares de certificados.

6.2.5.2. Define-se arquivamento como o armazenamento da chave privada para seu uso futuro, após o período de validade do certificado correspondente.

6.2.6 Inserção de chave privada em módulo criptográfico

Os Titulares de Certificados quando aplicável, podem optar por utilizar um hardware criptográfico, cartão inteligente ou token, para armazenar sua chave privada após a aceitação do certificado.

6.2.7. Armazenamento de chave privada em módulo criptográfico

O titular do certificado pode definir procedimentos necessários para a ativação de sua chave privada.

6.2.8. Método de ativação de chave privada

O titular de certificado pode definir procedimentos necessários para a desativação de sua chave privada.

6.2.9. Método de desativação de chave privada

Cada entidade titular de certificado pode definir os procedimentos necessários para a desativação da sua chave privada.

6.2.10. Método de destruição de chave privada

A eliminação da chave da mídia armazenadora do certificado pode ser feita através do mesmo componente criptográfico utilizado para geração do par de chaves, que oferece *opção que permite apagar a chave privada*

6.3 Outros Aspectos do Gerenciamento do par de chaves

6.3.1 Arquivamento de chave pública

As chaves públicas da AC VALID SSL EV, de titulares dos certificados de assinatura digital e as LCRs emitidas pela AC VALID SSL EV são armazenadas permanentemente, para verificação de assinaturas geradas durante seu período de validade.

6.3.2 Períodos de uso para as chaves pública e privada

6.3.2.1. As chaves privadas dos respectivos Titulares são utilizadas apenas durante o período de validade dos certificados correspondentes. As correspondentes chaves públicas poderão ser utilizadas durante todo o período de tempo determinado pela legislação aplicável, para verificação de assinaturas geradas durante o prazo de validade dos respectivos certificados.

6.3.2.2 Não se aplica.

6.3.2.3 Não se aplica.

6.3.2.4. Não se aplica.

6.3.2.5. O período máximo de validade dos Certificados SSL/TLS será de até 397 (trezentos e noventa e sete) dias, conforme princípios e critérios Webtrust.

6.4 Dados de Ativação

6.4.1 Geração e instalação dos dados de ativação

Os dados de ativação da chave privada da entidade titular do certificado, se utilizados, são únicos e aleatórios.

6.4.2 Proteção dos dados de ativação

No caso de ativação por senha, recomenda-se que essas sejam criadas de forma aleatória, respeitando-se procedimentos básicos de segurança, tais como:

- a) nunca fornecer senha a terceiros;
- b) escolher senhas de 8 ou mais caracteres;
- c) definir senhas com caracteres numéricos e alfanuméricos;
- d) memorizar a senha e

- e) não a escrever.

6.4.3 Outros aspectos dos dados de ativação

Não se aplica.

6.5 Controles de Segurança Computacional

6.5.1 Requisitos técnicos específicos de segurança computacional

O titular do certificado é responsável pela segurança computacional dos sistemas nos quais são geradas e utilizadas as chaves privadas e deve zelar por sua integridade. O equipamento onde são gerados os pares de chaves criptográficas do titular do Certificado deve dispor de mecanismos mínimos que garantam a segurança computacional, com proteção anti-vírus e criptografia 3DES para a chave privada, armazenada no HD.

6.5.1.1 O titular do certificado é responsável pela segurança computacional dos sistemas nos quais são geradas e utilizadas as chaves privadas e deve zelar por sua integridade.

6.5.1.2 A geração do par de chaves sempre deverá ocorrer no equipamento do solicitante do certificado digital, é de responsabilidade do cliente ter disponível recursos computacionais necessários para prover a segurança e integridade da chave privada relacionada ao seu certificado digital, no momento da emissão.

6.5.1.3. Recomenda-se que as chaves privadas sejam protegidas por senha e que os equipamentos onde são geradas e utilizadas disponham de mecanismos mínimos de segurança computacional, tais como:

- a) Senha de bios ativada;
- b) Controle de acesso lógico ao sistema operacional;
- c) Exigência de uso de senhas fortes;
- d) Diretivas de senha e de bloqueio de conta;
- e) Antivírus, antitrojan e antispysware, instalados, atualizados e habilitados;
- f) Firewall pessoal ou corporativo ativado, com permissões de acesso mínimas necessárias às atividades;

- g) Sistema operacional mantido atualizado, com aplicação de correções necessárias (patches, hotfix, etc.);
- h) Proteção de tela acionada no máximo após cinco minutos de inatividade e exigindo senha do usuário para desbloqueio.

6.5.2 Classificação da segurança computacional

Não se aplica.

6.6. CONTROLES TÉCNICOS DO CICLO DE VIDA

Não se aplica.

6.6.1. Controles de desenvolvimento de sistema

6.6.1.1. A AC VALID SSL EV utiliza os modelos clássico espiral e SCRUM no desenvolvimento dos sistemas, de acordo com a melhor adequação destes modelos ao projeto em desenvolvimento. São realizadas as fases de requisitos, análise, projeto, codificação e teste para cada interação do sistema utilizando tecnologias de orientação a objetos. Como suporte a esse modelo, a AC VALID SSL EV utiliza uma gerência de configuração, gerência de mudança, testes formais e outros processos.

6.6.1.2. Os processos de projeto e desenvolvimento conduzidos pela AC VALID SSL EV provêm documentação suficiente para suportar avaliações externas de segurança dos componentes da AC VALID SSL EV.

6.6.2 Controles de gerenciamento de segurança

6.6.2.1. A AC VALID SSL EV verifica os níveis configurados de segurança com periodicidade semanal e através de ferramentas do próprio sistema operacional. As verificações são feitas através da emissão de comandos de sistema e comparando-se com as configurações aprovadas. Em caso de divergência, são tomadas as medidas para recuperação da situação, conforme a natureza do problema e averiguação do fato gerador do problema para evitar sua recorrência.

6.6.2.2. A AC VALID SSL EV utiliza metodologia formal de gerenciamento de configuração para a instalação e a contínua manutenção do sistema.

6.6.3 Classificações de segurança de ciclo de vida

Não se aplica.

6.6.4 Controles na geração da LCR antes de publicadas

Antes de publicadas, todas as LCRs geradas pela AC VALID SSL EV são checadas quanto à consistência de seu conteúdo, comparando-o com o conteúdo esperado em relação a número da LCR, data/hora de emissão e outras informações relevantes.

6.7. Controles de Segurança de Rede

Não se aplica.

6.8 Carimbo de Tempo

Não se aplica.

7. PERFIS DE CERTIFICADO E LCR E OCSP

Os itens seguintes especificam os formatos dos certificados e das LCR/ OCSP gerados segundo esta PC. São incluídas informações sobre os padrões adotados, seus perfis, versões e extensões.

7.1 Perfil do Certificado

Todos os certificados emitidos pela AC VALID SSL EV estão em conformidade com o formato definido pelo padrão ITU X.509 ou ISO/IEC 9594-8.

7.1.1 Número de versão

Todos os certificados emitidos pela AC VALID SSL EV, segundo esta PC, implementam a versão 3 de certificado definida no padrão ITU X.509, de acordo com o perfil estabelecido na RFC 5280.

7.1.2 Extensões de certificado

7.1.2.1. A AC VALID SSL EV implementa as mesmas extensões definidas como obrigatórias na ICP-Brasil, descritas no item 7.1.2.2.

7.1.2.2. A AC VALID SSL EV implementa nos certificados emitidos segundo esta PC as seguintes extensões, definidas como obrigatórias pela ICP-Brasil:

a) “**Authority Key Identifier**”, **não crítica**: contém o resumo SHA-1 da chave pública da AC VALID SSL EV;

b) “**Key Usage**”, **crítica**: configurados conforme disposto no item 7.1.2.7 deste documento;

c) “**Certificate Policies**”, não crítica, contém:

- O OID desta PC: **2.16.76.1.2.3.100**
- Os campo PolicyQualifiers contém o endereço Web onde se obtém a DPC da AC VALID SSL EV: <http://icp-brasil.validcertificadora.com.br/ac-validsslev/dpc-ac-validsslev.pdf>
- O OID da política de certificado de identificação EV SSL 2.23.140.1.1 ou OV SSL 2.23.140.1.2.2.

d) “**CRL Distribution Points**”, não crítica: contém o endereço URL das páginas Web onde se obtém a LCR da AC VALID SSL EV:

<http://icp-brasil.validcertificadora.com.br/ac-validsslev/lcr-ac-validsslev.crl>

<http://icp-brasil2.validcertificadora.com.br/ac-validsslev/lcr-ac-validsslev.crl>

e) “**Authority Information Access**”, não crítica: contém o método de acesso id-ad-calssuer, utilizando o protocolo de acesso HTTP, para a recuperação da cadeia de certificação.

<http://icp-brasil.validcertificadora.com.br/ac-validsslev/ac-validbsslevv10.p7b>

A segunda entrada pode conter o método de acesso id-ad-ocsp, com o respectivo endereço do respondedor OCSP, utilizando o protocolo de acesso HTTP, nos seguintes endereços, onde estas extensões somente serão aplicáveis para certificados de usuário final:

<http://ocspv10.validcertificadora.com.br>

f) “basicConstraints”, não crítica: contém o campo cA=False (não obrigatório).

7.1.2.3. Os certificados emitidos pela AC VALID SSL EV possuem a extensão “*Subject Alternative Name*”, não crítica e com os seguintes formatos:

- a) Para certificado de pessoa física: não se aplica
- b) Para certificado de pessoa jurídica: não se aplica
- c) Para certificado de equipamento:

c.1) Para certificados do tipo SSL/TLS, Campo dNSName, obrigatório, contendo um ou mais domínios pertencentes ou controlados pelo titular, seguindo as

regras definidas na RFC 5280 e RFC 2818, em conformidade com os princípios e critérios WebTrust.

c.2) Não se aplica.

d) Para certificado de equipamento A CF-e-SAT: não se aplica.

e) Para certificado de equipamento OM-BR: não se aplica.

7.1.2.4. Os campos `otherName`, definidos como obrigatórios, estão de acordo com as seguintes especificações:

a) O conjunto de informações definido em cada campo `otherName` é armazenado como uma cadeia de caracteres do tipo ASN.1 OCTET STRING ou PRINTABLE STRING, com exceção do campo UPN que possui uma cadeia de caracteres do tipo ASN.1 UTF8 STRING;

b) Quando os números de NIS (PIS, PASEP ou CI), RG, CEI ou Título de Eleitor não estiverem disponíveis, os campos correspondentes são integralmente preenchidos com caracteres “zero”;

c) Se o número do RG não estiver disponível, não é preenchido o campo de órgão emissor/UF. O mesmo ocorre para o campo do município e UF se não houver número de inscrição do Título de Eleitor;

d) Quando a identificação profissional não estiver disponível, não deverá ser inserido o campo (OID) correspondente. No caso de múltiplas habilitações profissionais, deverão ser inseridos e preenchidos os campos (OID) correspondentes às identidades profissionais apresentadas;

e) Todas as informações de tamanho variável, referentes a números, tal como RG, são preenchidas com caracteres “zero” a sua esquerda para que seja completado seu máximo tamanho possível;

f) As 10 (dez) posições das informações sobre órgão emissor do RG e UF referem-se ao tamanho máximo, sendo utilizadas apenas as posições necessárias ao seu armazenamento, da esquerda para a direita. O mesmo se aplica às 22 (vinte e duas) posições das informações sobre município e UF do Título de Eleitor;

g) Apenas os caracteres de A a Z, de 0 a 9, observado o disposto no item 7.1.5.2, poderão ser utilizados, não sendo permitidos os demais caracteres especiais, com exceção do campo UPN que utiliza caracteres especiais;

h) Não se aplica.

7.1.2.5. Campos *otherName* adicionais, contendo informações específicas e forma de preenchimento e armazenamento definidos pela AC VALID SSL EV, podem ser utilizados com OID atribuídos ou aprovados pela AC Raiz.

7.1.2.6. Os outros campos que compõem a extensão "*Subject Alternative Name*" podem ser utilizados, na forma e com os propósitos definidos na RFC 5280.

7.1.2.7. As extensões "*Key Usage*" e "*Extended Key Usage*" para os referidos tipos de certificado são obrigatórias e obedecem aos propósitos de uso e a criticidade conforme descrição abaixo:

a) para certificados de Autenticação de Servidor (SSL/TLS): "*Key Usage*", crítica: somente os bits *digitalSignature*, *keyEncipherment* ou *keyAgreement* estão ativados;

"*Extended Key Usage*", não crítica: contém o propósito *server authentication* OID = 1.3.6.1.5.5.7.3.1. Pode conter o propósito *client authentication* OID = 1.3.6.1.5.5.7.3.2;

b) para certificados de Assinatura de Resposta OCSP: "*Key Usage*", crítica: contém o bit *digitalSignature* ativado, podendo conter o bit *nonRepudiation* ativado; "*Extended Key Usage*", não crítica: somente o propósito *OCSPSigning* OID = 1.3.6.1.5.5.7.3.9 está presente.

Os outros campos que compõem a extensão "*Subject Alternative Name*" podem ser utilizados, na forma e com os propósitos definidos na RFC 5280.

7.1.3. Identificadores de algoritmo

Certificados emitidos pela AC VALID SSL EV são assinados com o uso do algoritmo RSA com algoritmo RSA com SHA-512 como função hash (OID = 1.2.840.113549.1.1.13), conforme o padrão PKCS#1, observados os algoritmos admitidos no âmbito da ICP-Brasil, documento PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS DA ICP-BRASIL [1].

7.1.4 Formatos de nome

7.1.4.1. Não se aplica.

7.1.4.2. Não se aplica.

7.1.4.3. Não se aplica.

7.1.4.4. O certificado digital emitido para autenticação de servidor (SSL/TLS) deverá adotar o “Distinguished Name” (DN) do padrão ITU X.500/ISO 9594, da seguinte forma:

C = BR

O = nome do titular do certificado em certificado de pessoa física; em um certificado de pessoa jurídica, deverá conter o nome empresarial constante do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)

CN = se presente, este campo deve conter um único nome de domínio pertencente ou controlado pelo titular

ST = unidade da federação do endereço físico do titular do certificado

L = cidade do endereço físico do titular.

Business Category (OID 2.5.4.15) = tipo de categoria comercial, devendo conter:

“Private Organization” ou “Government Entity” ou “Business Entity” ou “NonCommercial Entity”

SERIALNUMBER (OID 2.5.4.5) = CPF ou CNPJ, conforme o tipo de pessoa **Jurisdiction Country Name (OID: 1.3.6.1.4.1.311.60.2.1.3)** = BR

NOTA: Será escrito o nome até o limite do tamanho do campo disponível, vedada a abreviatura.

7.1.5. Restrições de nome

7.1.5.1. Neste item da PC, são descritas as restrições aplicáveis para os nomes dos titulares de certificados.

7.1.5.2. A ICP-Brasil estabelece as seguintes restrições para os nomes, aplicáveis a todos os certificados:

- a) Não são admitidos sinais de acentuação, trema ou cedilhas;
- b) Apenas são admitidos sinais alfanuméricos e os caracteres especiais descritos na tabela abaixo:

CARACTERE	CÓDIGO NBR9611 (hexadecimal)
-----------	------------------------------

Branco	20
!	21
"	22
#	23
\$	24
%	25
&	26
'	27
(28
)	29
*	2A
+	2B
,	2C
-	2D
.	2E
/	2F
:	3A
;	3B
=	3D
?	3F
@	40
\	5C

7.1.6 OID (Object Identifier) de Política de Certificado

O OID atribuído a esta Política de Certificado é: **2.16.76.1.2.3.100**.

Todo certificado emitido segundo essa PC, PC A3 AC VALID SSL EV, contém o valor desse OID presente na extensão Certificate Policies

7.1.7 Uso da extensão “Policy Constraints”

Não se aplica.

7.1.8 Sintaxe e semântica dos qualificadores de política

Nos certificados emitidos segundo esta PC, o campo **policyQualifiers** da extensão “Certificate Policies” contém o endereço da página *Web* (URL) com a DPC da AC VALID SSL EV, sendo: <http://icp-brasil.validcertificadora.com.br/ac-validsslev/dpcacvalidsslev.pdf>

7.1.9. Semântica de processamento para extensões críticas

Extensões críticas são ser interpretadas conforme a RFC 5280.

7.2. Perfil de LCR

7.2.1. Número de versão

As LCRs geradas pela AC VALID SSL EV segundo a PC, implementam a versão 2 de LCR definida no padrão ITU X.509, de acordo com o perfil estabelecido na RFC 5280.

7.2.2 Extensões de LCR e de suas entradas

7.2.2.1. Neste item são descritas todas as extensões de LCR utilizadas pela AC VALID SSL EV e sua criticalidade.

7.2.2.2. A AC VALID SSL EV adota as seguintes extensões de LCR definidas como obrigatórias pela ICP-Brasil:

- a) “**Authority Key Identifier**”, **não crítica**: contém o resumo SHA-1 da chave pública da AC VALID SSL EV que assina a LCR; e
- b) “**CRL Number**”, **não crítica**: contém número sequencial para cada LCR emitida pela AC VALID SSL EV.

7.3. Perfil de OCSP

7.3.1. Número(s) de versão

Os serviços de respostas OCSP da AC VALID SSL EV implementam a versão 1. do padrão ITU X.509, de acordo com o perfil estabelecido na RFC 6960

7.3.2. Extensões de OCSP

Os serviços de respostas OCSP da AC VALID SSL EV estão em conformidade com a RFC 6960.

8. AUDITORIA DE CONFORMIDADE E OUTRAS AVALIAÇÕES

Nos itens seguintes são referidos os itens correspondentes da DPC da AC VALID SSL EV.

8.1. Frequência e circunstâncias das avaliações

8.2. Identificação/Qualificação do avaliador

8.3. Relação do avaliador com a entidade avaliada

8.4. Tópicos cobertos pela avaliação

8.5. Ações tomadas como resultado de uma deficiência

8.6. Comunicação dos resultados

9. OUTROS NEGÓCIOS E ASSUNTOS JURÍDICOS

Nos itens seguintes são referidos os itens correspondentes da DPC da AC VALID SSL EV.

9.1. Tarifas

9.1.1. Tarifas de emissão e renovação de certificados

9.1.2. Tarifas de acesso ao certificado

9.1.3. Tarifas de revogação ou de acesso à informação de status

9.1.4. Tarifas para outros serviços

9.1.5. Política de reembolso

9.2. Responsabilidade Financeira

9.2.1. Cobertura do seguro

9.2.2. Outros ativos

9.2.3. Cobertura de seguros ou garantia para entidades finais

9.3. Confidencialidade da informação do negócio

9.3.1. Escopo de informações confidenciais

9.3.2. Informações fora do escopo de informações confidenciais

9.3.3. Responsabilidade em proteger a informação confidencial

9.4. Privacidade da informação pessoal

9.4.1. Plano de privacidade

9.4.2. Tratamento de informação como privadas

9.4.3. Informações não consideradas privadas

9.4.4. Responsabilidade para proteger a informação privadas

9.4.5. Aviso e consentimento para usar informações privadas

9.4.6. Divulgação em processo judicial ou administrativo

9.4.7. Outras circunstâncias de divulgação de informação

9.5. Direitos de Propriedade Intelectual

9.6. Declarações e Garantias

9.6.1. Declarações e Garantias da AC

9.6.2. Declarações e Garantias da AR

9.6.3. Declarações e garantias do titular

9.6.4. Declarações e garantias das terceiras partes

9.6.5. Representações e garantias de outros participantes

9.7. Isenção de garantias

9.8. Limitações de responsabilidades

9.9. Indenizações

9.10. Prazo e Rescisão

9.10.1. Prazo

9.10.2. Término

9.10.3. Efeito da rescisão e sobrevivência

9.11. Avisos individuais e comunicações com os participantes

9.12. Alterações

9.12.1. Procedimento para emendas

Alterações nesta PC podem ser solicitadas e/ou definidas pelo Grupo de Práticas e Políticas da AC VALID SSL EV. A aprovação e conseqüente adoção de nova versão estarão sujeitas à autorização da AC Raiz.

Qualquer alteração na PC deverá ser submetida à aprovação da AC Raiz.

Política de Certificado A3 da AC VALID SSL EV v 3.0

Classificação do documento: Público

9.12.2. Procedimento para emendas

A AC VALID SSL EV mantém página específica com a versão corrente desta PC para consulta pública, a qual está disponibilizada no endereço Web: <http://icp-brasil.validcertificadora.com.br/ac-validsslev/pcA3-ac-validsslev.pdf>

9.12.3. Procedimento para emendas

9.13. Solução de conflitos

9.14. Lei aplicável

9.15. Conformidade com a Lei aplicável

9.16. Disposições Diversas

9.16.1. Acordo completo

Esta PC representa as obrigações e deveres aplicáveis à AC VALID SSL EV e AR e outras entidades citadas. Havendo conflito entre esta PC e outras resoluções do CG da ICP-Brasil, prevalecerá sempre a última editada.

9.17. Outras provisões

Toda PC é submetida à aprovação, durante o processo de credenciamento da AC VALID SSL EV, conforme o estabelecido no documento CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DAS ENTIDADES INTEGRANTES DA ICP-BRASIL [2]. Como parte desse processo, além da conformidade com este documento, deverá ser verificada a compatibilidade entre a PC e a DPC da AC VALID SSL EV.

10. DOCUMENTOS REFERENCIADOS

10.1. Os documentos abaixo são aprovados por Resoluções do Comitê-Gestor da ICP-Brasil, podendo ser alterados, quando necessário, pelo mesmo tipo de dispositivo legal. O sítio <http://www.itl.gov.br> publica a versão mais atualizada desses documentos e as Resoluções que os aprovaram.

REF.	NOME DO DOCUMENTO	CÓDIGO
[1]	PADRÕES E ALGORITMOS CRIPTOGRÁFICOS DA ICP-BRASIL	DOC-ICP-01.01

[2]	CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DAS ENTIDADES INTEGRANTES DA ICP-BRASIL Aprovado pela Resolução nº 06, de 22 de novembro de 2001	DOC-ICP-03
[3]	REQUISITOS MÍNIMOS PARA AS DECLARAÇÕES DEPRÁTICAS DOS PRESTADORES DE SERVIÇO DE CONFIANÇADA ICP-BRASIL	DOC-ICP-17

11 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RFC 3647, IETF - Internet X.509 Public Key Infrastructure Certificate Policy and Certification Practices Framework, november 2003.

RFC 5280, IETF - Internet X.509 Public Key Infrastructure Certificate and Certificate Revocation List (CRL) Profile, may 2008.

RFC 2818, IETF - HTTP Over TLS, may 2000.

RFC 6960, IETF - X.509 Internet Public Key Infrastructure Online Certificate Status Protocol – OCSP, june 2003.